

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290005496



FE

TCC/UNICAMP P265c

Adriana Marcela Passador

As Contribuições de Florestan Fernandes para a Luta em Defesa da Escola
Pública

PREZADO LEITOR

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que você tenha cuidado pois se houver danos ao material, você será responsabilizado por eles. Obrigado por sua colaboração.

CAMPINAS
2010

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

072837102

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Adriana Marcela Passador

**As Contribuições de Florestan Fernandes para a Luta em Defesa da Escola
Pública**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da UNICAMP, para obtenção do
título de licenciada em pedagogia, sob a
orientação do Prof. Dr. José Claudinei
Lombardi

**CAMPINAS
2010**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	JCC
	P265C
V:	EX:
Tombo:	5496
PROC.:	130111
C:	D: X
PREÇO:	11 00
DATA:	14.04.11
COD. TÍTULO:	75504

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

P265c

Passador, Adriana Marcela.

As contribuições de Florestan Fernandes para a luta em defesa da escola pública / Adriana Marcela Passador. -- Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientadora: José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Escolas públicas. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

10-345-BFE

A Todos, que assim como Florestan Fernandes, lutam
pela escola pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antonio Carlos Passador e Gina Passador, que me ajudaram muito na realização desse sonho (e de tantos outros) e que terão sempre meu amor eterno.

Ao meu marido (companheiro), Clayton, que com amor e paciência se dedicou a mim em todos esses anos de Faculdade, qualquer descrição não seria suficiente para descrever o quanto te amo.

À minha irmã, Juliana, e ao meu cunhado Rogério que sempre estiveram disponíveis nos momentos difíceis, me ajudando e apoiando, ocupando um lugar especial em meu coração.

À minha sobrinha, Valentina, que mesmo antes de nascer faz com que tudo em nossas vidas tenha mais sentido.

À minha amiga Wanessa, que não poupou esforços para me ajudar nessa última empreitada.

Às minhas grandes amigas, Natalia e Thamiris que sempre estiveram comigo em todos os momentos destes últimos cinco anos, e com quem compartilhei experiências maravilhosas, que fazem de mim o que sou hoje.

Às minhas outras amigas de graduação: Flavia (pela sinceridade e senso de humor), Carolina (pela doçura e bondade) e a Renata (pela sua inteligência e perspicácia).

Ao meu orientador José Claudinei Lombardi, que tornou esse trabalho uma honra, por ser alguém que admiro e respeito.

E a todos aqueles que contribuíram de alguma forma com esse trabalho ou, que ao lerem, sejam tocados por ele.

"Sou um marxista que acha que a solução para os problemas dos países capitalistas está na revolução. Dizes isso não é uma fanfarronice. É assumir, de forma explícita, o dever político mínimo que pesa sobre alguém que é militante, embora não esteja em um partido comunista e que, afinal de contas, tentou, duramente toda a vida, manter uma coerência que liga a responsabilidade intelectual à condição de socialista militante e revolucionário".
(Florestan Fernandes)

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de destacar as principais contribuições de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da escola pública, episódio localizado em um momento histórico em que os conflitos sociais e educacionais voltam ao centro do debate e consegue alcançar diversos setores da sociedade brasileira, período chamado de nacional-desenvolvimentismo. Essa Campanha em Defesa da Escola Pública surge no decorrer das discussões de elaboração e tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, e tem como propósito combater esse projeto de lei que tramitava no Congresso Federal e atendia exclusivamente aos interesses privatistas. Nesse contexto Florestan Fernandes se torna o principal líder do movimento em de defesa da escola pública, levando o debate a cerca dos problemas educacionais do país a todos os setores da sociedade brasileira, e por isso suas contribuições são tão importantes não só para a tomada de consciência histórica, que nos ajuda a entender e intervir na realidade atual, mas também para nos impulsionar diante das lutas que somos impelidos a continuar travando no âmbito educacional, a fim de alcançarmos a universalização da escola pública de qualidade.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, Escola Pública, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nacional-desenvolvimentista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – Período do Nacional-desenvolvimentismo.....	04
1.1 – Cenário Político e Educacional.....	04
1.2- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	10
1.3 - Campanha em Defesa da Escola Pública.....	18
CAPÍTULO 2 – Florestan Fernandes e a Luta em Defesa da Escola Pública.....	24
2.1 - Florestan Fernandes: Professor, Sociólogo e Socialista.....	24
2.2- Florestan Fernandes e a Educação: Concepções e Contribuições.....	28
2.3 - As contribuições de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

Após o final do Estado Novo em 1946 e com a promulgação de uma nova constituição, a quarta do país, tem início um momento histórico em que os conflitos sociais e educacionais voltam ao centro do debate e consegue alcançar diversos setores da sociedade brasileira, período chamado de nacional-desenvolvimentismo. Todos os acontecimentos e discussões dessa época são reflexos diretos do cenário político internacional, estabelecido após o fim da segunda grande guerra em 1945, que institui uma nova ordem mundial.

O debate educacional nessa época gira em torno da formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que após uma primeira rodada de discussões acalorada em torno da centralização e descentralização da educação, toma proporções ainda maiores, com o conflito entre defensores da escola pública e defensores da escola privada. É nesse contexto que surge um movimento chamado de Campanha em Defesa da Escola Pública, que aglutinava um número muito expressivo de pessoas entre elas professores, jornalistas, estudantes, intelectuais, operários e escritores organizando uma resistência "sistemática e incansável" contra o projeto de LDB¹ que tramitava no Congresso Federal e atendia exclusivamente aos interesses privatistas.

Entre os defensores da escola pública, Florestan Fernandes "constituiu-se na liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período" (Saviani, 2008). Ele foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Professor, sociólogo e militante é responsável por uma vasta obra, que se inicia ainda na década de 40. Considerado fundador da sociologia crítica no Brasil, Florestan estabeleceu um novo padrão de investigação sociológica

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

e intelectual, deixando seu nome ligado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina.

Mas, Florestan foi mais que isso, foi um defensor incansável da escola pública e da luta pela reconstrução educacional, para ele o campo da educação possibilitaria acelerar as motivações sociais favoráveis ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e da sociedade democrática. Considerava a educação indispensável para alavancar os processos de mudança social em curso na sociedade brasileira.

“Ou ajustamos a organização e o funcionamento do nosso sistema escolar a esse objetivo, ou progrediremos desorientada e atabalhoadamente, como Nação dependente, que realiza progressos tardios e mitigados, através de penosos esforços de imitação.” (Fernandes, 1966, p.XXII)

Este trabalho pretende destacar as principais contribuições de Florestan Fernandes nessa Campanha em defesa da escola Pública entendendo que a “prática educativa, a produção científica, a militância incansável e a tenaz ação do publicista Florestan Fernandes permanecem como uma contribuição inestimável (...) a impulsionar as lutas que somos impelidos a continuar travando para criar uma sociedade capaz de atender “as exigências mínimas do viver coletivo com dignidade” entre as quais se inclui a “universalização da educação de qualidade”” (Saviani,1996).

Além disso, as contribuições de Florestan Fernandes para a luta em defesa da escola pública fazem parte de um momento importante da história educacional do país e também por isso esse trabalho se torna de suma importância para a consciência histórica. O educador que se preocupa em entender a realidade educacional e que pretende agir a fim de modificá-la, não basta conhecer somente a

situação atual, uma vez que essa situação é consequência de um passado histórico que a explica e justifica. Portanto, quando um educador retoma a educação brasileira, visando agir no sentido de equacionar a problemática educacional, é preciso que ele a situe historicamente. E é também nesse sentido que o presente trabalho pretende dar algumas contribuições.

O primeiro capítulo traz uma caracterização do período do nacional-desenvolvimentismo, primeiro compondo de forma breve, o cenário político e educacional do período, inclusive apontando alguns acontecimentos que o antecederam para facilitar a compreensão das discussões aqui propostas. Em seguida destacando a principal discussão educacional do período, a elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como os conflitos entre defensores da escola pública e defensores da escola privada que dão origem a Campanha em Defesa da Escola Pública.

O segundo capítulo apresenta a relação de Florestan Fernandes com a defesa da escola pública, primeiro caracterizando sua trajetória de vida, pessoal e profissional. Segundo trazendo suas concepções a cerca da educação e por último destacando suas principais contribuições para a Campanha em Defesa da Escola Pública.

Capítulo 1 – Período do Nacional-desenvolvimentismo

O presente capítulo pretende caracterizar o período do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, expondo brevemente o seu cenário político e educacional, assim como alguns acontecimentos que o antecederam, destacando a principal discussão educacional do período, que foi a elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como os conflitos que ela gerou entre defensores da escola pública e defensores da escola privada, que dão origem a Campanha em Defesa da Escola Pública.

Trata-se de uma contextualização histórica que vai subsidiar o capítulo seguinte.

1.1 – Cenário Político e Educacional

Para caracterizar o cenário político e educacional do período do Nacional-desenvolvimentismo, de forma que ajude na compreensão das discussões propostas nesse trabalho, é necessário assinalar alguns acontecimentos importantes que o antecedem.

De acordo com Cury², ao final da primeira grande guerra muitos acontecimentos apontam para a necessidade de uma nova configuração na organização sócio-cultural no Brasil, a sociedade agro-patriarcal e a economia baseada na cultura cafeeira muito enfraquecida por vários fatores internos e externos, faz com que esse Estado oligárquico, caracterizado por relações e estruturas não plenamente capitalista entre em crise. Mas não se trata de uma crise localizada, ela está vinculada a uma crise mais ampla do Capitalismo Liberal, onde a hegemonia europeia diminui diante da crescente hegemonia dos Estados Unidos e

² Cury, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira – Católicos e Liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.

dos movimentos de independência de colônias na Ásia e África, assim como pela implantação de modelos socialistas que acelera as contradições advindas do próprio capitalismo em evolução.

Todos estes acontecimentos segundo Cury, provocam grande insatisfação e reação de todas as classes sociais, e é nesse momento de conflito que o Estado surge como instrumento capaz de assegurar reformas, intervindo nos processos econômicos e nas relações sociais, a fim de se prevenir contra ideologias socialistas. No Brasil o conflito se configura da mesma forma, exigências dos setores dominantes, crescente interesse da classe média e industrial e pressões das camadas populares, que conduzem a alterações na ordem sócio-política, requerendo uma política que se conformasse aos avanços econômicos e os defendesse. E assim a “sucessão presidencial foi o momento usado como bandeira para que os grupos emergentes se unissem e, após as fraudulentas eleições de 1930, romperam com a hegemonia do Estado Oligárquico e, pela revolução, tomaram o poder”. (Cury, 1988).

Porém essa revolução se caracteriza mais pela queda do regime Oligárquico, do que pela hegemonia industrial. Isso porque os vitoriosos da revolução era composto por um grupo heterogêneo não causando assim uma ruptura radical com o antigo modelo, uma das poucas mudanças apontadas por Cury nesse novo cenário político, se refere à questão da presença da camada popular no jogo político. Por tanto, esse é um momento de indefinição, onde nem um grupo foi capaz de se impor e se tornar representante dos interesses gerais, o que culminou em um compromisso dos diferentes segmentos em reforçar o papel do Estado, como árbitro e mediador das diferentes tendências.

No âmbito educacional Cury afirma que até 1930, a educação era voltada para os interesses oligárquicos, atendia exclusivamente as elites, como ornamento cultural, preenchimento dos quadros burocráticos e das profissões liberais, as camadas populares eram completamente excluídas do processo educativo escolar. Mas que diante do novo cenário político, econômico e social, conturbado pela aceleração do desenvolvimento do modo de produção capitalista, essa realidade educacional ansiava por uma educação "prática" voltada para a superação do atraso e da ignorância. Nesse momento o "entusiasmo pela educação", vivido na década de 20 com as campanhas de alfabetização, se transforma em um "otimismo pedagógico" baseado nos princípios escolanovistas.

O movimento da Escola Nova inicia-se nas primeiras décadas do século XX e tem John Dewey, como seu mais importante pensador, divulgador e sistematizador, suas idéias eram muito difundidas na Europa e nos Estados Unidos. Cury destaca que a partir dos princípios escolanovistas que defendiam a escola mais eficiente, com espírito científico que qualificaria o ensino, a psicologização do processo educacional que capacitaria o aluno segundo suas virtualidades e a administração escolar que racionalizaria o processo educacional, começa a se fazer presente no Brasil a idéia da "Reconstrução social pela Reconstrução educacional". Para os defensores da Escola nova era preciso fazer uma reforma na escola e não só ampliá-la, ela se constituiria no móvel dos futuros homens "construtores" de um novo país. Essa reforma implicaria na superação do ensino academicista, formalista e intelectualista, que era de pouca valia para um país que exigia do "homem (Leia-se classe trabalhadora) ser a força propulsora e produtora da riqueza nacional." (Cury,1988,p.19)

Estes ideais escolanovistas influenciam vários educadores da época, menos aqueles ligados a igreja católica, e como o clima do país era completamente favorável aos ideais libertários, o mesmo ganhou ampla aceitação, principalmente dos grupos até então excluídos da participação das decisões nacionais e os marginalizados do aparelho escolar. Porém Cury chama a atenção para o fato de que assim como a revolução de 30, que abriu essa perspectiva liberal não se tratava de um movimento homogêneo, continha diferentes forças sociais, também serão heterogêneos as posições, no que se refere à implantação das políticas educacionais. Mesmo sob o prisma dos ideais liberais, os setores ligados à igreja Católica não compartilhavam das idéias escolanovistas, posicionando-se claramente a favor do ensino acadêmico e classista, gerando um conflito que vai perdurar por muito tempo.

A discussão em torno das diferentes versões de liberalismo no interior do grupo de educadores brasileiros, fez com que os defensores da Escola Nova, em oposição às teses dos educadores católicos, lançassem um Manifesto conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932", que defendia "a democratização do ensino, a escola do trabalho, e/ou a psicologização e administração pedagógica dentro da própria escola", também "o eminente papel do Estado na condução do processo escolar" entre outras coisas. De modo geral estes defensores do escolanovismo estavam vinculados à Associação Brasileira de Educação (ABE), que de tempos em tempos promovia conferências nacionais onde se discutiam as linhas e sugestões referentes ao "problema educacional" e onde os conflitos entre os renovadores, defensores do ideal escolanovista e conservadores, defensores dos ideais católicos, se intensificavam.

Em 1937 o Brasil entrava em um regime totalitário, época conhecida como Estado Novo. Em relação à economia, segundo Romanelli³, "é o início da arrancada para implementação da indústria pesada e mostra o Estado assumindo as funções de empresário industrial" (Romanelli, 78,p.128), no que diz respeito às lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais Romanelli afirma que estas entraram em um período de "hibernação", pois a nova constituição modificava totalmente a situação anterior, como o Estado enquanto provedor da educação.

Após o final do Estado Novo em 1946 e com a promulgação de uma nova constituição, a quarta do país, tem início um momento histórico em que os conflitos sociais e educacionais voltam ao centro do debate e consegue alcançar diversos setores da sociedade brasileira, período chamado de nacional-desenvolvimentismo. Todos os acontecimentos e discussões dessa época são reflexos diretos do cenário político internacional, estabelecido após o fim da segunda grande guerra em 1945.

Nascimento⁴ destaca que com o fim da segunda guerra o cenário político mundial assistiu o surgimento da "Guerra Fria", que "opunha as forças ocidentais capitalistas lideradas pelos EUA e as forças orientais socialistas lideradas pela URSS". A política brasileira foi submetida às pressões da "Guerra Fria", colocando o partido comunista na clandestinidade e na questão da educação, apesar da persistência do ideário democrático e libertário, os conflitos eram pautados pelo anticomunismo.

A política brasileira nesse período se caracterizava pelo populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. O populismo é incorporado como um meio de controle e mobilização das massas pela classe dominante, assim como o

³ Romanelli, Otaíza. História da educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis:Vozes, 1984

⁴ Disponível em:
[HTTP://histedbr.fae.unicamp/navegador/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html](http://histedbr.fae.unicamp/navegador/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html). acesso em 20/10/2010

nacionalismo buscava, pela forma estatal, enfrentar os problemas de desenvolvimento do país. Essa ideologia foi amplamente discutida através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros⁵ criado em 1955, e que durante o governo de Juscelino Kubitschek foi peça fundamental para disseminar a mentalidade nacional para o desenvolvimento.

Este momento pautado no desenvolvimento econômico nacional, associado ao capital estrangeiro, promoveu a modernização da produção rural e acelerou a industrialização do país, contribuindo assim para o forte crescimento urbano e econômico, era à busca pela adequação do país a nova ordem mundial, a ordem capitalista. Porém toda essa modernização também contribuiu para o aumento das disparidades regionais e sociais, o que se tornou o foco dos conflitos existentes na sociedade brasileira daquela época.

A nova constituição, de 1946, buscava a redemocratização do país. Segundo Romanelli⁶ este era “um documento de inspiração ideológica liberal-democrática”, que muito se aproximava da constituição de 1934 que se inspirava nos princípios dos pioneiros da educação nova, os renovadores. Portanto, a luta e os conflitos, entre renovadores e conservadores, que se iniciou na década de 30 voltam a se fazer presente na nova constituição.

Contudo, a principal discussão educacional que marca o período do nacional-desenvolvimentismo foi à elaboração e tramitação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que por ser de fundamental importância para as discussões propostas nesse trabalho será tratada com maior destaque.

⁵ ISEB – Foi criado em 1955, durante o governo interino de Café Filho

⁶ Romanelli, Otaíza. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1984

1.2 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A nova constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, segundo Saviani⁷, estabelece elementos que integraram o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da Educação Nova, que desde a publicação do *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, travam uma luta constante com os setores mais conservadores do país para implantar seu projeto, dentre eles estão:

“a exigência de concurso de títulos e provas para o exercício do magistério (artigo 168, inciso VI); a descentralização do ensino (artigos 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados e Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único); a vinculação orçamentária de um percentual dos impostos destinados à educação na base de pelo menos 20% dos estados, Distrito Federal e municípios e 10% da União (artigo 169); a assistência aos alunos necessitados tendo em vista a eficiência escolar (artigo 172); a criação de institutos de pesquisa junto às instituições de ensino superior (artigo 174, parágrafo único); a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 5, inciso XV, alínea d).” (Saviani, 2008, p.281)

Para atender ao estabelecido na constituição o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, constituiu uma comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa comissão estavam presentes os principais educadores do país:

“Sob a presidência de Lourenço Filho, foram constituídas três subcomissões: do ensino primário, tendo como presidente Almeida Júnior e integrada por Carneiro Leão, Teixeira de Freitas, Celso Kelly e Coronel Agrícola da Câmara Lobo Bethlem; do ensino médio, com Fernando de Azevedo (presidente), Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Góes e Maria Junqueira Schmidt; do ensino superior, com a participação de Pedro Calmon (presidente, além de vice-presidente da Comissão Geral), Cesário de Andrade, Mario Paulo de Brito, padre Leonel Franca e Levi Fernandes Carneiro. Fernando de

⁷ Saviani, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008

Azevedo não pode assumir, mas contribuiu de forma decisiva, elaborando o esboço preliminar do projeto juntamente com Almeida Júnior. Anísio Teixeira, também convidado, não pode integrar a Comissão, mas colaborou com sugestões." (Saviani, 2008)

Os trabalhos foram iniciados em 18 de setembro de 1947 e notadamente dos nomes que compunham essa comissão, somente Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca eram representantes da corrente dos educadores católicos, os demais eram os chamados renovadores. Portanto o anteprojeto resultante dos trabalhos da comissão tinha um caráter descentralizador, além de apresentar propostas como: gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; gratuidade da escola pública em todos os seus níveis; obrigações aos responsáveis pela educação e os deveres do Estado; criação de um Conselho Nacional de Educação; exame de Estado para a conclusão de curso; autonomia administrativa, didática e financeira das Universidades; e instituições particulares sob a fiscalização e o controle do poder público.

Este anteprojeto apresentado pela comissão de Mariani após ter passado pela Comissão Mista de Leis Complementares, foi duramente criticado pelo líder do governo na Câmara, ex-ministro da educação na ditadura, Gustavo Capanema, que atribuía ao anteprojeto intenções de cunho político ante-getulista, dando parecer desfavorável. E como consequência o projeto da LDB⁸ foi arquivado até 1951, quando a Câmara solicitou que voltasse a pauta de discussões, encaminhando o documento para a Comissão de Educação e Cultura onde permaneceu sendo objeto de uma ou outra discussão.

Essa primeira rodada de discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases girou em torno da questão da centralização e descentralização da educação e das

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

várias interpretações dadas à constituição de 1946 por parte de conservadores e liberais. Mas as discussões que se seguiram na segunda rodada da formulação da primeira LDB do país, tomam proporções ainda maiores, e é a que mais me interessou para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A segunda etapa das discussões da Lei de Diretrizes e Base tem início antes mesmo da Comissão de Educação e Cultura emitir seu parecer sobre o projeto ou do projeto voltar ao plenário da Câmara. "O marco inicial dessa nova etapa foi o discurso pronunciado em 5 de novembro de 1956 pelo deputado padre Fonseca e Silva em que acusa Anísio Teixeira, diretor do INEP, e Almeida Júnior, relator geral do anteprojeto original, de contrariar os interesses dos estabelecimentos confessionais de ensino." (Saviani, 2008, p.284)

O discurso do padre Fonseca e Silva foi motivado pela Conferência "A escola pública, universal e gratuita"⁹ realizada por Anísio Teixeira no Primeiro Congresso Estadual de Educação Primária, realizado em setembro de 1956 em Ribeirão Preto, São Paulo. Nessa conferência Anísio reforça as idéias sobre as funções da escola pública como uma grande conquista social que apesar dos esforços de muitos educadores ainda não havia conseguido se estender a todos, de forma democrática. Mostra ainda que somente a expansão educacional não bastava, era preciso que a educação para todos fosse pública, pois o Estado era o único capaz de oferecer "educação obrigatória gratuita e universal". Anísio continua ainda afirmando que "numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégios, somente a escola pública será verdadeiramente democrática e somente ela poderá ter um programa de formação comum, sem os preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à

⁹ Teixeira, Anísio. **Educação não é Privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957

democracia", "a escola pública tem, assim, mais esta função de aproximação social e destruição de preconceitos e prevenções".

Fonseca e Silva dirigiu um memorial ao então ministro da educação, Clovis Salgado, reiterando e ampliando sua posição contra "esses pioneiros" que se colocavam contra o patrimônio moral e espiritual da Igreja Católica no setor educacional, não satisfeito, ainda retoma as críticas a Anísio Teixeira e ao INEP em outros discursos e reportagens em jornais, acusando-o de comunista e aproximando o pragmatismo de Dewey do marxismo. Apesar das várias explicações de Anísio e do próprio ministro, os ataques continuam, e em 29 de março de 1958 os bispos do Rio Grande do Sul dirigem memorial ao Presidente da República com o intuito de afastar Anísio da direção do INEP. Como resposta a esse memorial, 529 intelectuais e educadores, cientistas e professores redigiram um abaixo assinado em defesa de Anísio Teixeira, que se manteve no cargo, mas não se livrou de mais críticas, uma verdadeira campanha contra ele orquestrada pelos Católicos. Saviani¹⁰ esclarece bem o que estava acontecendo: "É que não estava em causa a sua pessoa e, portanto, as suas idéias e convicções. O que estava em causa era o que ele representava, e que estava resumido no título de sua conferência: a luta pela implantação e consolidação de uma escola verdadeiramente pública, universal e gratuita." (Saviani, 2008, p.288).

Enquanto tudo isso acontecia, em 26 de novembro de 1958 o deputado Carlos Lacerda apresenta um novo substitutivo do projeto de LDB, conhecido como Substitutivo Lacerda, calcado no Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em São Paulo de 17 a 25 de janeiro de 1948, que defende claramente os interesses da escola particular. E assim os debates que se

¹⁰ Saviani, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

encontrava em volta de Anísio Teixeira, escola pública versus escola privada, se tornam o ponto central das discussões sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Os que estavam ao lado da igreja católica e das escolas privadas, com ou sem doutrina, se apoiavam na questão da "liberdade de ensino" para rebater as propostas daqueles que defendiam a escola pública. Analisando o terceiro substitutivo que Capanema apresentou em dezembro de 1959, Romanelli¹¹ nos trás alguns aspectos dessa proposta para exemplificar os rumos pretendidos pelos conservadores para a LDB:

[...] Art 3 – A educação da prole é direito inalienável e importante da família.

Art 4 – A escola é, fundamentalmente, prolongamento e delegação da família.

Art 5 – Para que a família, por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo de educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida.

Art 6- É segurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e dos particulares, de comunicarem a outro os seus conhecimentos, vedado ao Estado exercer ou, de qualquer modo favorecer o monopólio do ensino.

Art 7 – O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção do ensino;

b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos

c) pelo conhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares [...] (Romanelli, 1978,p.174)

Não há dúvidas de que o direito da família, a liberdade de ensino e a questão do monopólio educacional são argumentos usados para sustentar suas reivindicações, porém o que os defensores das escolas particulares queriam mesmo era "obter do poder público, todas as regalias e proteção para a iniciativa privada,

¹¹ Romanelli, Otaíza. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis:Vozes, 1984

em detrimento da escola pública" (Romanelli,1978,p.176). Sentiam que se o estado exercesse sua função e ofertasse educação ao povo pública e gratuitamente, eles estariam em condições desfavoráveis.

Na proposta é possível observar ainda, o quão estavam articulados os defensores da escola privada, para assegurar os recursos financeiros para as escolas particulares, tratando de incluir representantes dessas instituições nos órgãos de direção do ensino, como o Conselho Nacional de Educação e nos Conselhos Regionais, que seriam os responsáveis pela distribuição das verbas públicas. E como podemos ver nos artigos 70, 71 e 79 do substitutivo Capanema o projeto dos conservadores estaria completo.

[...] Art 70 – Além dos recursos orçamentários destinados a manter e expandir o ensino oficial, o Fundo Nacional de Ensino Primário, o do Ensino Médio e do Ensino Superior proporcionarão recursos, previamente fixados, para a cooperação financeira da União com o ensino da iniciativa privada, em seus diferentes graus.

Art 71 – A Cooperação financeira da União, dos Estados, e dos Municípios se fará:

a) sob a forma de financiamento de estudo através de bolsa, concedidas a alunos, na forma da presente lei;

b) mediante empréstimos pra a construção, reforma e extensão de prédios escolares e respectivas instalações e agrupamentos.

Art 79 – Ao conselho Regional de Educação e às Comissões que dele receberem os poderes previstos neste capítulo compete:

a) garantir a plena liberdade do bolsista ou de sua família no uso e emprego que fizerem da bolsa quanto ao gênero de educação, tipo de estudo ou instituição escolar que escolher [...] (Romanelli, 1978,p.178)

Diante desse projeto dos conservadores para a educação nacional, que como consequência colocava em xeque a sobrevivência das escolas públicas, muitos educadores se colocavam contra esse projeto e em resposta iniciaram um movimento em defesa da escola pública. Este movimento contava com nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Luiz Carranca e Florestan Fernandes, que mais uma vez, elaboraram um substitutivo levado a Câmara dos Deputados por Celso Brant.

Diante disso, a Comissão de Educação e Cultura nomeou uma subcomissão para examinar os dois substitutivos e elaborar um último anteprojeto para aprovação definitiva na Câmara dos Deputados.

Em 29 de setembro de 1959, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal apresentava o substitutivo, que tem redação final datada de 10 de dezembro do mesmo ano, cujo caráter privatista prevaleceu, causando muita indignação por parte dos que defendiam a escola pública. O texto desse anteprojeto sofreu apenas uma modificação, em um único dispositivo, e em 22 de janeiro de 1960 foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

A partir desse momento o conflito escola pública versus escola privada se intensificam muito, principalmente do lado dos defensores da escola pública, pois sua luta agora era para que o Senado Federal não cedesse aos privatistas como a Câmara dos Deputados havia feito. E durante essa última etapa de tramitação da LDB é que surge segundo Buffa¹² "o episódio mais significativo em termos do conflito que ora se examina, foi à organização de um movimento, que de São Paulo se irradiou para outras regiões do país, e que se propunha a defender intransigentemente a escola pública". Este movimento foi chamado de "Campanha em Defesa da Escola Pública" que entre outros nomes destaca Florestan Fernandes, que de acordo com Saviani¹³, "constituiu-se na liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período" (Saviani, 2008,p.290), e por isso, suas contribuições para a campanha em questão se tornam o foco principal dessa pesquisa.

¹² Buffa, Ester. **Ideologia em Conflito: Escola Pública e Escola Privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

¹³ Saviani, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

Apesar de todas as mobilizações e investidas promovidas pelos defensores da escola pública o projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também é aprovado no Senado, com poucas modificações, mantendo-se assim seu caráter privatista. E em 20 de dezembro de 1961, o então presidente da república Sr. João Goulart, converte o projeto na Lei nº 4024, que dispõe sobre as diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1.3 - Campanha em Defesa da Escola Pública

A mobilização dos defensores da escola pública vê o projeto da Lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional dos conservadores como o risco de um enorme retrocesso no âmbito da educação pública, por isso, de acordo com Buffa¹⁴, essa campanha foi capaz de aglutinar um número muito expressivo de pessoas entre elas professores, jornalistas, estudantes, intelectuais, operários, escritores organizando uma resistência "sistemática e incansável ao projeto aprovado pela Câmara Federal. Para isso, estudaram o projeto de lei em todos os seus ângulos, escreveram, fizeram conferências, realizaram comícios, reuniram-se em convenções, exercendo pressão no sentido de modificá-lo".

A Campanha em Defesa da Escola Pública foi formalizada durante "A Primeira Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública", que reuniu cerca de 400 pessoas em 04 de maio de 1960. Nessa convenção foram constituídas cinco comissões, onde três delas – a de Organização da Campanha; a de Aplicação de Fundos Públicos e de Diretrizes e Bases da Educação; e a Jurídica – seriam permanentes. A quarta comissão, de Teses, não funcionou, pois o tema já vinha sendo discutido e estudado há tempos, inclusive já tinha concordância de pontos de vista. A quinta, de Princípios, funcionou somente durante a convenção, foi presidida por Paulo Duarte e redigiu a Declaração de Princípios destinada a orientar os trabalhos da campanha. Essa declaração foi aprovada unanimemente, nesse mesmo dia pelo plenário. Buffa resume perfeitamente o conteúdo dessa declaração:

"Principia a Declaração afirmando "a sua absoluta, intransigente fidelidade ao princípio da liberdade de pensamento e de expressão".

¹⁴ Buffa, Ester. **Ideologia em Conflito: Escola Pública e Escola Privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

Em seu primeiro item apóia totalmente os princípios constitucionais que consagram "a liberdade de pensamento sem que dependa de censura; liberdade de consciência e de crença; não ser o indivíduo privado de nenhum de seus direitos por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política". O item dois estipula a "prioridade do Estado no ministério e na organização do ensino, admitida a iniciativa particular como elemento supletivo, respeitada a legislação vigente". Diretamente relacionada com a defesa da escola pública estão os itens XII, XIII e XV que respectivamente afirmam a "racionalização dos serviços de educação de maneira a impedir que qualquer interferência de política partidária ou de ordem religiosa prejudique os interesses do ensino"; que "o poder público não pode abdicar dos seus deveres de administrar o ensino e a educação que garantem a própria unidade nacional"; que "o dinheiro público só pode ser aplicado na manutenção e desenvolvimento da escola pública"; e como conclusão, que todos os estabelecimentos de ensino, sem exceção, "não poderão estabelecer restrições à matrícula de alunos com base em preconceitos de raça, de cor, de nacionalidade, de classe, de religião, de ideologia, ou em virtude de determinada situação civil dos pais dos alunos". (Buffa, 79, pg 56)

A Declaração ainda propaga os princípios de: prioridade do ensino primário em nome do desenvolvimento socioeconômico do país e da obrigatoriedade imposta pelo texto constitucional, igual expansão e assistência ao ensino industrial e agrícola, extensão da escolaridade até os 14 anos, reorganização do ensino médio adaptando-o à sociedade moderna, criação de maiores exigências ao ingresso e ao nível do magistério em todos os níveis, adoção do exame de Estado para os portadores de diploma de curso profissional de nível superior.

Essa Declaração de Princípios é o resultado de todas as discussões e estudos feitos em cima do projeto aprovado pela Câmara, que segundo os defensores da escola pública, foi orientado por princípios muito diferentes desses, princípios antidemocráticos, anticonstitucionais, antiliberais, obsoletos, retrógrados, contraditórios e motivado por interesses privatistas que destroem a escola pública.

Nessa convenção ainda foram realizadas cinco comunicações, pelos professores Antonio de Almeida Junior, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique

Cardoso, João Eduardo Rodrigues Villalobos e por Florestan Fernandes, da qual tratarei mais a frente por se tratar diretamente do propósito que se tem em vista.

Uma consideração importante a se fazer, que é destacada tanto por Saviani¹⁵, quanto por Buffa¹⁶ é que entre os defensores da escola pública havia "três correntes básicas de pensamento" que apesar de distintas e inspiradas em diferentes ideologias, convergiam para um objetivo comum, a defesa da escola pública.

"Uma primeira corrente poderia ser denominada liberal-idealista. Tal tendência era representada pelo jornal O Estado de S Paulo, sob a direção de Julio de Mesquita Filho, e por professores da área de filosofia e história da educação da USP, como Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte Ramos de Carvalho e João Eduardo Rodrigues Villalobos." (Saviani, 2008, p.289). Para eles "a educação deve ter por objetivo supremo a afirmação da individualidade, da originalidade, da autonomia ética do indivíduo. Por não se levar em consideração a sociedade em que vive o indivíduo, os objetivos educacionais são colocados em termos universais e eternos, válidos para qualquer tempo e lugar, portanto, a-históricos." (Buffa, 79, p.80)

"A segunda corrente, a liberal-pragmatista, filiam-se os educadores do movimento renovador... Entre eles destacam-se... Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Lourenço Filho." (Saviani, 2008, p.289 e 290). Essa corrente segue os princípios de Willian James, ficando mais na questão das necessidades práticas, preocupando-se com a ação pedagógica, "levam em conta a

¹⁵ Saviani, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

¹⁶ Buffa, Ester. **Ideologia em Conflito: Escola Pública e Escola Privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

realidade social em que vive o educando, pois a educação deve adaptar o indivíduo a essa realidade." (Buffa, 79, p.80 e 81)

Estes grupos representam o conflito entre teoria e prática, os liberais-idealistas prioriza a teoria e os liberais-pragmatistas prioriza a prática pedagógica, onde cada um ocupa um pólo inconciliável.

"A terceira corrente, de tendência socialista, teve como seu principal líder o professor Florestan Fernandes" (Saviani, 2008, p.290). Essa corrente "defende a escola pública, na medida em que somente esta pode se configurar como um instrumento eficaz na superação do subdesenvolvimento político, econômico, social e cultural em que vivem os brasileiros... consideram a educação em suas relações reversíveis com a sociedade, o que equivale a considerar o homem em relação recíproca com o meio, isto é, ao mesmo tempo em que o homem modifica o meio é também por ele modificado. Ou exprimindo isso com os termos teoria e prática, esses últimos as consideram em suas relações dialéticas." (Buffa, 79, p.81)

É pela convergência com o pensamento de Florestan e pela capacidade que teve em massificar esse movimento, levando o debate para todos os setores da sociedade, que reservo nesse trabalho uma parte de destaque para as contribuições de Florestan nessa luta.

Um dos documentos mais importantes redigido nessa época pelos defensores da escola pública foi um manifesto chamado de "Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados"¹⁷ elaborado por Fernando de Azevedo e subscrito por mais de 190 intelectuais brasileiros. Além de servir como base para o substitutivo levado a Câmara dos Deputados por Celso Brant, esse documento ainda

¹⁷ O manifesto se encontra no livro: Barros, Roque Spencer Maciel. Org (1960). **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo. Pioneira. P.57-82

expressava aspectos básicos da Campanha em Defesa da Escola Pública e foi à primeira manifestação coletiva contra o projeto dos conservadores.

O manifesto se apresenta como mais uma tentativa de reconstrução educacional que se iniciou com o Manifesto de 1932, mas "o que era antes um plano de ação para o futuro tornou-se hoje matéria já inadiável como programa de realizações práticas, por cuja execução esperamos inutilmente, durante um quarto de século de avanços e recuos, de perplexidades e hesitações". Afirma ainda que "a organização do ensino é má, arcaica e, além de antiquada, deficiente a tantos aspectos" e para responder aos desafios lançados a sociedade moderna "o que necessitaria o país, antes de tudo, é de governos e de câmaras legislativas que se preocupassem em maior medida com a política a longo prazo e cada vez menos com interesses partidários e locais".

O documento levanta dois aspectos principais, o primeiro diz respeito aos verdadeiros interesses "ideológicos e econômicos" dos grupos dedicados a luta contra a escola pública, "é praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do Estado, do qual se reclama não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantém as de iniciativa privada". O segundo aspecto diz sobre a própria luta dos manifestantes, a concepção de educação pública, "é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de idéias democráticas. A idéia da educação pública - conquista irreversível das sociedades modernas -, a de uma educação liberal e democrática e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico... são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro".

O que é importante entender são as proporções que esse conflito escola pública *versus* escola particular tomou perante toda a sociedade, segundo Saviani¹⁸, os mais diversos segmentos se envolveram de alguma forma na discussão ou no mínimo tomaram conhecimento do que estava sendo discutido. Tanto a igreja e os conservadores, quanto os defensores da escola pública mobilizaram todos os seus quadros e assim toda a imprensa do país publicou alguma matéria sobre o assunto. Alguns jornais e revistas tomaram partido de um dos lados claramente, como a revista Vozes, para o lado dos privatistas e a revista Anhembi e o jornal O Estado de São Paulo, do lado dos defensores da escola pública. Em fim foram dezenas de matérias publicadas e a imprensa se tornou uma arena para os duelos que eram travados. E é nesse momento que a figura de Florestan Fernandes se destaca e é decisiva para o desfecho do movimento.

¹⁸ Saviani, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

Capítulo 2 – Florestan Fernandes e a Luta em Defesa da Escola Pública

O presente capítulo pretende discutir a relação de Florestan Fernandes com a defesa da escola pública, primeiro caracterizando sua trajetória de vida, pessoal e profissional. Segundo trazendo suas concepções a cerca da educação e por último destacando suas principais contribuições para a Campanha em Defesa da Escola Pública.

2.1 - Florestan Fernandes: Professor, Sociólogo e Socialista.

Acredito ser importante conhecer um pouco da história de vida de Florestan Fernandes para que assim possamos também entender melhor o percurso histórico de suas contribuições teóricas, mesmo que o recorte temático de sua obra proposto nesse trabalho seja bastante específico. Proponho-me nesse tópico responder, mesmo que de maneira breve; Quem foi Florestan Fernandes e qual foi sua trajetória profissional e política.

Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920 na cidade de São Paulo, de origem humilde, filho de uma empregada doméstica percorreu uma longa trajetória para se tornar um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Como muitos filhos da classe trabalhadora, ainda aos 6 anos de idade foi obrigado a trabalhar para “ganhar o pão” e conseqüentemente abandonou os estudos, ele foi ajudante de barbearia, engraxate, carregador de compras e aprendiz de alfaiate e barbeiro. Com certa dificuldade, sem deixar de trabalhar, Florestan concluiu os estudos, secundário e colegial, no ano de 1940. Já no ano de 1941 ingressa na Universidade de São Paulo, na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para cursar Ciências Sociais.

Florestan sempre sofreu o preconceito e discriminação por vim da classe trabalhadora, ao entrar em uma universidade de elite a situação não foi diferente, segundo ele "não fui recebido com hostilidade, mas com uma frieza evitativa que procurava me fazer sentir que eu podia ser um amor de pessoa, mas seria melhor se me afastasse deles" (apud Barão, 2008, p.27).

Ainda como estudante passa a escrever para a "Folha de São Paulo" e para "O Estado de São Paulo", começa também sua militância, organizando-se, de forma clandestina, no Partido Socialista Revolucionário (PSR) onde permanece até 1952. Já formado em 1945 se torna assistente do professor Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II dando início a sua carreira docente, conclui mestrado em 1947 e doutorado em 1951 na mesma faculdade da USP com as respectivas teses, "A organização social dos Tupinambá" e "A função social da guerra na sociedade Tupinambá", que mais tarde vem a ser consagrado como clássico da etnologia brasileira.

Também em 1951, Florestan junto com o professor Roger Bastide, professor na cadeira de Sociologia I da USP, herdada mais tarde por ele, realizam uma pesquisa financiada pela UNESCO sobre "As relações raciais em São Paulo" e a partir daí desenvolve estudos sob as perspectivas teórico-metodológicas da sociologia. Segundo Garcia¹⁹ "seu comprometimento intelectual com o desenvolvimento da ciência no Brasil, entendido como requisito básico para a inserção do país na civilização moderna científica e tecnológica situa sua marcante atuação na Campanha em Defesa da Escola Pública, em finais da década, em prol do ensino público, laico, e gratuito enquanto direito fundamental do cidadão do mundo moderno".

¹⁹ GARCIA, Sílvia Gemignani. **A Sociologia como ciência liberalismo e radicalismo no período de formação de Florestan Fernandes (1941-1953)**. São Paulo, 1997.

Como livre docente na cadeira de Sociologia I, conquistado com a tese “A integração do negro na sociedade de classes”, encaminha vários projetos, orienta dezenas de teses e dissertações cujo tema se refere aos processos de industrialização, mudanças sociais no país e a questão do subdesenvolvimento capitalista. E sempre “no bojo dos debates em torno das reformas de base e, posteriormente, após o golpe de Estado, nos termos da reforma universitária coordenada pelos militares, produziu diagnósticos substanciais sobre a situação educacional e a questão da universidade pública, identificando os obstáculos históricos e sociais ao desenvolvimento da ciência e da cultura na sociedade brasileira inserida na periferia do capitalismo monopolista”. (Garcia, 2002). De acordo com Saviani²⁰, “Atuando não apenas como um simples professor, mas como verdadeiro educador, Florestan transformou a cadeira de Sociologia I num espaço educativo por excelência cujos influxos significativos extrapolaram os limites da instituição que a sedia, irradiando-se pelo país e repercutindo inclusive no exterior” (Saviani, 96, p.4)

Florestan Fernandes foi Visiting Scholar na Universidade de Columbia e depois de ter sido aposentado compulsoriamente pela ditadura militar em 1969, tornou-se professor titular na universidade de Toronto, onde permanece até 1973, quando retorna ao Brasil. Contratado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo volta a lecionar em 1977, quando também assume como Visiting Professor na Universidade de Yale. Volta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP para ministrar um curso de férias sobre a experiência socialista em Cuba. Nesse período, assim como em todos os momentos de sua vida universitária, escreveu muito e publicou importantes obras.

²⁰ Saviani, D. **Florestan e a Educação**. In: Estudos Avançados. V.10 n.26, p71-88. jan/abr.1996.

Em 1986 e 1990 Florestan foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) continuando sua luta em defesa da educação pública e tendo valiosa contribuição durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Barão²¹ "Florestan, sem dúvida, também no parlamento, soube associar ciência e militância, sociologia e socialismo, pois considerava o parlamento um espaço educativo para compreender o Brasil a partir de Brasília, especialmente pelas disputas dos interesses e das brigas pelo poder. E, concomitantemente, educava-se na luta a partir dos enfrentamentos cujos objetivos eram ampliar os espaços de interesses dos trabalhadores ou de conseguir instituir, com os deputados do campo progressista e os movimentos sociais, a prática democrática da conciliação aberta" (Barão, 2008, p.37)

Florestan morreu aos 75 anos em 10 de Agosto de 1995, considerado fundador da sociologia crítica no Brasil, estabeleceu um novo padrão de investigação sociológica e intelectual, deixando seu nome ligado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina. Mesmo como "garçom, cozinheiro, vendedor de artigos dentários, propagandista de remédios, publicista da grande imprensa e de jornais alternativos, professor universitário, pesquisador, construtor da sociologia crítica e, nos últimos anos, quando parlamentar, continuou pautando-se pelo eixo de compromisso político com "os de baixo", o qual foi reafirmando e aprofundando em diferentes momentos da sua trajetória". (Barão, 2008, p.27)

Florestan Fernandes durante sua vida foi muitos, foi professor, sociólogo e socialista que "manteve compromisso político com os trabalhadores e sua classe de origem". (Barão, 2008, p.38)

²¹ BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **As Contribuições Educacionais de Florestan Fernandes: O debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução**. 2008. 405 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

2.2 - Florestan Fernandes e a Educação: Concepções e Contribuições

Chamado por muitos de educador, Florestan jamais gostou desse título, declarou abertamente, em depoimento dado ao projeto "Memória Viva da Educação Brasileira"²² iniciado pelo INEP em 1989, que não era um educador e sim um professor, um sociólogo e um intelectual. E foi sob essa ótica, que Florestan muito contribuiu para a compreensão da realidade educacional brasileira, seus dilemas e desigualdades, assim como pela busca por uma educação que possibilitaria acelerar as motivações sociais favoráveis ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia científica, e da sociedade realmente democrática.

De acordo com Saviani²³, "pode-se dizer que as preocupações educacionais acompanham toda a trajetória de Florestan Fernandes manifestando-se em todas as facetas de sua rica existência" (Saviani, 1996, p.2), mas para efeito desse trabalho vou me ater às concepções e contribuições que nos ajude a compreender seu posicionamento diante das políticas educacionais brasileiras. E para isso vou me apoiar em uma série de estudos que Florestan Fernandes compilou no livro "Educação e Sociedade no Brasil"²⁴, que segundo ele, "possuem maior alcance sociológico, pois permitem considerar empiricamente a situação do ensino no Brasil, analisada em termos quantitativos e qualitativos, e apreciar objetivamente a natureza de nossa herança educacional" (Florestan, 1966,p.XVII), e em outros escritos do autor que também componham esse "sistema de referência empírico e teórico das discussões de nossos problemas educacionais". (Fernandes,1966, p.XVIII)

²² Depoimento, in memória viva da educação brasileira, I, Brasília, Inep, 1991.

²³ Saviani, D. Florestan e a Educação. In: Estudos Avançados. V.10 n.26, p71-88. jan/abr.1996.

²⁴ Fernandes, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus, 1966.

Segundo Barão²⁵, “os escritos educacionais” de Florestan “problematizam e rompem com alguns princípios centrais da Pedagogia Nova e seu objetivo foi oferecer referências teóricas que permitissem ampliar o horizonte intelectual do educador.” (Barão, 2008, p.278). Uma peça importante que Florestan utilizou para cumprir com os fins pretendidos por ele foi um “Balanço da situação do ensino primário, médio e superior” ²⁶ do país, em que pode constatar que o Brasil havia realizado avanços na área do ensino, principalmente considerando as condições demográficas, econômicas e histórico-sociais de um regime senhorial e escravocrata, que conseguia alcançar os fins educacionais em mira, a educação da aristocracia.

Mas também constatou que a “República falhou”, pois continuou a utilizar o mesmo sistema educacional do regime senhorial e escravocrata, não tendo capacidade de adaptar os sistemas de ensino, quantitativa e qualitativamente as novas exigências produzidas pela reconstrução social. “Tanto o número de escolas, quanto a qualidade da instrução nelas transmitidas se mantêm muito abaixo das necessidades educacionais prementes das várias regiões e das várias camadas da população” (Fernandes, 1966, p.5)

Após uma rigorosa análise dos números estatísticos educacionais dos diferentes Estados brasileiros e dos diferentes segmentos do ensino, Florestan conclui que: 1º) o ensino primário precisa ser alterado em extensão e quantidade “para permitir a progressiva absorção da população em idade escolar” e em profundidade e qualidade “para criar um novo tipo de ensino primário, útil à

²⁵ BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **As Contribuições Educacionais de Florestan Fernandes: O debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução**. 2008. 405 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

²⁶ “Balanço da situação do ensino primário, médio e superior” in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966. p.3-68

preparação do homem para uma sociedade na qual o trabalho é valorizado socialmente e todos precisam participar responsavelmente do funcionamento das instituições políticas democráticas"; 2º) o ensino extra-primário precisa ser remodelado; 3º) o ensino médio precisa diferenciar suas instituições, se multiplicar rapidamente, democratizar suas oportunidades e constituir padrões adequados de trabalho pedagógico; 4º) o ensino superior precisa sair da precariedade em que se encontra, transformando o padrão dominante de trabalho pedagógico e o aproximando da "pesquisa científica, do pensamento criador e da reflexão prática".

A educação de acordo com Florestan ainda não se constitui como "um bem social compartilhado em condições equitativas no Brasil e que estamos bem longe de poder transformá-lo em um fator dinâmico de progresso material e moral de todas as camadas da população" (Fernandes, 1966,p.18), assim como "a educação escolarizada não se converterá em fator social construtivo, na sociedade brasileira, enquanto não se processar a correção das deficiências quantitativas e qualitativas do sistema de ensino" (Fernandes, 1966,p.44)

Outro importante destaque dado por Florestan é em relação à iniciativa privada, ele afirma que a contribuição dessa esfera para o ensino, principalmente no ensino primário é moderado, evidenciando que a democratização do ensino representa um encargo do Estado. Segundo ele a reconstrução educacional é uma função do Estado Democrático

"Os que se empenham pela solução dos problemas educacionais brasileiros não podem perder isso de vista. A tarefa fundamental, que está a exigir a atuação inflexível e devotada de todos, consiste em aparelhar o nosso Estado dos meios institucionais que lhe faltam para corresponder, administrativa e politicamente, aos requisitos legais da ordem social democrática. Só esta poderá garantir plenitude de desenvolvimento ao sistema educacional e relacionar dinamicamente, tanto no plano quantitativo, quanto no plano qualitativo, os diversos ramos do ensino às necessidades materiais e morais do novo estilo de vida humana, que se está expandindo no

Brasil, graças à implantação da civilização científico-tecnológica.
(Fernandes, 1966, p.46)

No texto "A escola e a Ordem Social" ²⁷ Florestan trás outras análises pertinentes à constituição dos problemas educacionais brasileiros. Ele vai discutir a partir de uma análise sociológica os aspectos de integração entre escola e comunidade humana, e a primeira idéia levantada por ele é que "existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1º) a educação forma o homem; 2º) o homem define o valor social da educação" (Fernandes, 1966, p.71).

E para que possamos entender o porquê certo sistema educacional produz, ou não, certo rendimento é indispensável que exploremos as duas abordagens, principalmente a segunda, pois a escola pode formar um homem de diferentes formas e quem define essa variação é o próprio homem. É por isso que modelos escolares iguais provocam rendimentos diferentes de país para país.

No caso brasileiro Florestan adverte que até a 1ª República a escola e a educação escolarizada nunca tiveram muita importância, elas tinham um valor pobre e estreito, pois somente as elites da camada dominante valorizavam a escola como veículo de adestramento das técnicas letradas, da transmissão de hábitos intelectuais e como símbolo da condição de civilizados. Mas ainda assim:

"Não constituía uma peça essencial na preparação do homem para a vida" (Fernandes, 1966, p.72)

Florestan continua dizendo que essa situação começa a se alterar a partir do último quartel do século XIX em função do surto de crescimento urbano; das

²⁷ "A escola e a ordem social" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966. p.69-83

tendências a industrialização e a democratização do poder político; do crescimento demográfico; dos novos padrões de vida; e da intensificação dos contatos entre diversas áreas da sociedade brasileira e/ou com o exterior. Porém essa alteração não foi geral e nem profunda, pelo contrário, os vícios de um sistema educacional montado para a sociedade aristocrata e patrimonialista, empenhadas em perpetuar suas bases tradicionalistas de dominação da concepção de mundo e da organização da vida, foram mantidos.

Florestan Fernandes acreditava que conhecer e reconhecer todos esses dilemas do sistema educacional era de suma importância para conseguir agir e mudar alguma coisa. Inclusive Barão expõe que a crítica de Florestan Fernandes em relação à Pedagogia Nova vem do fato dos escolanovistas conceberem a solução dos problemas educacionais abstratamente, sem a vinculação com a realidade, como podemos constatar nessa passagem de outro trabalho²⁸ de Florestan "A tendência a conceber a solução de problemas práticos como uma questão abstrata, como se a eficácia das atividades humanas apenas dependessem do domínio intelectual dos fins e dos meios, ainda hoje prevalece nos diferentes círculos dos "homens de ação". (Fernandes, 71,p. 172)

Outra crítica de Florestan à Pedagogia Nova diz respeito ao fato deles conceberem a "transplantação acrítica dos modelos educacionais" (Barão, 2008), exatamente sem levar em consideração a relação desses modelos com as condições reais dentro da ordem social existente. Sobre essa questão Florestan afirma que o fato de transplantar modelos, mesmo que tenham tido êxito em outros países, não é sinônimo de sucesso. E continua dizendo que muitas vezes foi isso que foi feito no Brasil e o que aconteceu foi que o modelo não conseguiu "organizar-

²⁸ Fernandes, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1971.

se de modo a interagir com as necessidades educacionais do ambiente, mantendo-se neutra diante das funções que deveria desempenhar na ordem social estabelecida" (Fernandes, 1966, p.75) tudo porque a necessidade da educação popular não foi igualmente reconhecida por todas as camadas da população.

Para Florestan todas essas análises e conclusões só servem para que os cientistas sociais possam ajudar os educadores no projeto de "reconstrução pedagógica". Segundo ele as escolas não encontram em sua organização interna e nas suas relações com a comunidade, que as utiliza, condições materiais, culturais e humanas que façam delas um "fator social construtivo". Com certa insuficiência elas conseguem transmitir as funções estáticas universais da educação, como ler, escrever e contar, mas não conseguem atingir outras funções que determinam o poder dinâmico da educação escolarizada, que prepara o homem para as exigências da era da democracia, da ciência e da tecnologia científica. Entretanto, ele afirma que é conveniente esperar as transformações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais acontecerem e forçar a escola a redefinir suas relações com o mundo. Pelo contrário, é preciso que as tendências a inovação se constituam e se fortaleçam na escola e que estas se constituam como força para remodelar a sociedade brasileira.

Ao falar que a escola não pode esperar a transformação dos fatores sociais para mudar e corresponder às novas exigências, Florestan está falando das mudanças sociais. Para ele não podemos esperar que as mudanças aconteçam espontaneamente ou de forma natural, se queremos obter um resultado temos que agir de modo a intervir na realidade. Afirma que faltam condições materiais e morais para que possamos explorar as potencialidades da educação escolarizada, exemplifica que os melhores recursos educacionais são utilizados em regiões mais

modernizadas e de maior desenvolvimento econômico e cultural, porém a educação escolarizada e as mudanças sociais têm uma relação dialética:

"A educação escolarizada tanto pode ser compreendida como "produto" da mudança social, quanto como seu "requisito" e até como "fator específico". O que significa que as relações de ambas, vistas sociologicamente, são reversíveis, e embora existam situações nas quais as escolas aparecem como focos de estabilidade social e de resistência à mudança, também existem situações nas quais sucede o contrário, cabendo às escolas preparar o caminho para a transformação de hábitos, comportamentos e idéias de vida. (Fernandes, 1966, p.85)

Para ele o que temos que ter em mente é que não queremos qualquer mudança social e nem qualquer educação escolarizada, se temos como propósito impedir que forças retrógradas, contrárias a modernização e democratização do ensino brasileiro, utilizem a "reconstrução educacional" como meio de defender seus interesses e valores, temos que aprender a situar os problemas educacionais e colocá-los no centro de nossas opções políticas individuais e coletivas. E continua dizendo que a educação escolarizada tem que ser tratada no centro dos embates políticos, pois são elas que decidem o destino do povo. Chama a todos, professores, estudantes, leigos a defender e por em prática uma filosofia de educação que faça a reconstrução educacional para o desenvolvimento econômico, social e cultural "ricos de conteúdo humano – que liberem o homem da ignorância, mas também da insegurança, da servidão moral e da miséria" (Fernandes, 1966, p.99)

Está claro que a concepção de educação para Florestan Fernandes é bem diferente da concepção liberal da pedagogia nova. Conforme Di Giorgi²⁹, estes da pedagogia nova estão voltados para a manutenção do sistema capitalista, eles defendem a escola que tem por função preparar o indivíduo para desempenhar um

²⁹ Di Giorgi, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: editora Ática, 1986

papel social de acordo com suas aptidões. Já para Florestan a educação tem uma finalidade sociopolítica, a partir da análise crítica da realidade social articulada com a educação é possível fornecer as camadas mais baixas da sociedade instrumentos intelectuais que os ajude em sua luta pela transformação social (na luta de classe).

Portanto, a escola que Florestan Fernandes defende é a escola verdadeiramente pública, nos termos defendidos por Sanfelice³⁰. De acordo com ele o conceito de escola pública, muito difundido nos discursos e na mídia, é equivocadamente utilizado como sinônimo de escola estatal, o Estado ou o que é estatal não é público e nem de interesse público uma vez que tende ao favorecimento de interesses privados ou mesmo interesses do próprio Estado. Ele continua dizendo que a o público em uma sociedade de classes, como a nossa, constitui-se como um conceito ideológico, não temos e nunca tivemos uma escola verdadeiramente pública, voltada para o público.

Em seus estudos Florestan deixa claro sua preocupação com a falta de consciência coletiva diante dos dilemas sociais. A educação, segundo ele, se tornou um "problema social" em todas as sociedades modernas, associadas à economia de mercado, ao regime de classes, à ordem democrática, à ciência e à tecnologia-científica. Mas que enquanto "a educação não se converter objetiva, subjetiva e praticamente" em um problema social, os homens não vão lutar por ela.

A resolução dos problemas da educação e das condições favoráveis ao seu desenvolvimento, para Florestan, só acontecerá em âmbito coletivo, às visões individuais só servem para agravarem seus males.

³⁰ SANFELICE, J. L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas**. In: LOMBARDI, J. C. *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2005.

"Quando muitos pretenderem algo no mesmo sentido, nosso ensino se transformará para melhor e seus problemas serão lentamente resolvidos." (Fernandes, 1966, p. 116)

O que observamos sobre as concepções educacionais de Florestan Fernandes revelam seu posicionamento à esquerda, que a partir de um referencial empírico, teórico e prático amplia os horizontes da perspectiva utópica na educação e subsidiam as críticas à ordem burguesa. Sua militância diante das políticas educacionais do país, principalmente durante a tramitação da primeira lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional vão confirmar esse posicionamento. A de se ressaltar que esse pensamento de esquerda apesar de sempre o acompanhar não se expressa de maneira clara durante sua participação e produção na Campanha em Defesa da Escola Pública, mesmo porque aquele era um momento específico, onde era preciso ter um discurso que unificasse vários setores da sociedade, de democratas a conservadores, já que se tratava de uma luta real contra o caráter estrutural privatista brasileiro.

Florestan Fernandes se torna protagonista da luta em defesa da escola pública, porque esta seria uma excelente oportunidade para modificar os rumos da educação no país e para ampliar a discussão da educação como problema social nos diferentes setores da sociedade.

2.3 - As contribuições de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública

"Não podemos deixar de registrar o trabalho pertinaz do Prof. Florestan Fernandes, levando para todos os cantos de nosso Estado – e mesmo para outras unidades da Federação – uma palavra de esclarecimento sobre os defeitos e perigos do projeto que a Câmara dos Deputados aprovou em janeiro último, numa autêntica "peregrinação cívica e pedagógica" que é um fato inédito nos anais de nossa história da educação. Dezenas e dezenas de conferências fizeram o Prof. Florestan Fernandes, tornando-se credor da admiração e simpatia de todos os que lutam pela causa da educação nacional." (Barros, 1960, p.XXIII)³¹

As palavras de Barros traduzem muito bem o que significou a produção de Florestan Fernandes durante o período da Campanha em Defesa da Educação Pública para a luta que travaram e para a história da educação do país. Segundo o próprio Florestan³² sua produção é fruto de uma "tormentosa e intensa atividade intelectual", na qual se empenhou "de corpo e alma" (Fernandes, 66, p.XIX).

Florestan não participou da elaboração do primeiro anteprojeto encaminhado pelo ministro Clemente Mariani, nem mesmo compartilhava da posição "liberal e conciliador" que ele representava, mas nem por isso se absteve diante do projeto arbitrário, privatista e contrario ao ensino público que estava em vias de ser aprovado, em suas palavras,

"Tudo se passou como se me transformasse, de um momento para outro, em porta-voz das frustrações e da revolta dos meus antigos companheiros da infância e da juventude. O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas, de maneira severa, naquela época. (Fernandes, 66, p.XIX)

³¹ Estas palavras encontram-se na nota de rodapé no livro: Barros, Roque Spencer Maciel. Org (1960). **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo. Pioneira. P.XIX

³² Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

E continua

"Com as limitações de formação intelectual de alguém que não era nem é especialista em assuntos educacionais, atirei-me a uma luta desigual, que mais me parecia uma cruzada, na qual nunca deixei de considerar-me como representante fortuito dos interesses e dos valores educacionais das massas populares" (Fernandes, 66, p. XX)

E foi com esse espírito que Florestan dedicou-se a essa dura missão de defender os interesses da escola verdadeiramente pública e da educação popular. E sua primeira missão já obteve grande repercussão.

A fim de ampliar a luta em defesa da escola pública e na esperança de que o projeto de Lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional elaborado pela Comissão de Educação e Cultura, não fosse aprovado pela Câmara dos Deputados, Florestan Fernandes publica um artigo³³ em que cobra uma tomada de posição dos escritores.

Exaltando que a escola pública passa por uma crise profunda e grave, desamparada pelos que deveriam lutar pela sua sobrevivência e expansão e correndo o risco de ser aniquilada e absorvida por escolas concorrentes de cunho confessional ou mercantil, ele afirma que os escritores brasileiros não podem ficar a margem dessa discussão "por mais difícil ou desagradável que sejam as opções em jogo".

"A omissão do escritor, perante o embate que se está travando, tendo-se estritamente em vista os interesses legítimos da inteligência na educação das novas gerações e na continuidade do processo civilizatório, possui caráter análogo ao das traições clássicas, reconhecidas como tais nos diferentes sistemas de valores observados lealmente pelo homem." (Fernandes, 66, p.375)

Florestan Continua dizendo que os escritores não são livres para agir conforme conveniências pessoais, eles tem uma responsabilidade intelectual na

³³ "Os escritores e a escola pública" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p374-381

produção e propagação da cultura e que salvo algumas exceções os escritores no Brasil voltaram às costas para a escola pública, que representa um patrimônio para o futuro, como democracia social e como nação intelectualmente autônoma.

Termina dizendo que espera uma ação organizada em prol dos interesses da cultura, uma vez que o tempo caminha contra os defensores da escola pública e que é preciso dar um grito de alarme, pois se não se movimentarem “dando novos conteúdos e novos alvos” a sua ação, tomando uma orientação mais corajosa, agressiva e coerente, então terão se transformado em meros espectadores do drama da escola pública no Brasil.

O objetivo de Florestan com esse artigo foi à massificação do movimento em defesa da escola pública e ele foi alcançado, pois dias depois ele publica novo artigo³⁴ no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo onde divulga o recebimento de dois documentos, um é o “texto da representação, enviada pela União Brasileira de Escritores ao presidente da Câmara dos Deputados” e outro é uma “carta pela qual Antonio D’Elia” o coloca a par das “providências em marcha e dos motivos que a justificam”.

No artigo Florestan destaca pontos importantes do posicionamento dos escritores, primeiro que o fato deles se posicionarem a favor da escola pública, não significa “compromisso com as deficiências” que ela possui, mas consideram que “ela representa o único patrimônio de que dispomos para atender as necessidades educacionais de amplos setores” de nossa sociedade e por isso a correção de seus defeitos e o “reaparelhamento” de suas funções é assunto de interesse nacional. O segundo ponto revela “uma compreensão clara das ambições e interesses, ocultos atrás dos motivos alegados pelos contendores da escola pública” que é “abocanhar

³⁴ “Os escritores e a escola pública” in: Fernandes, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.p374-381

a maior parcela dos recursos investidos pelo Estado na manutenção e expansão do ensino nacional de educação e assumir o controle subreptício, tanto da política educacional, quanto da administração escolar do País". E em terceiro assumem uma expectativa de esperança de que "os deputados, representantes do Povo, atuem como tal, em estreita coerência com os interesses do regime e do País" e não aprove a referida Lei tal como ela está.

Exaltando o posicionamento claro e corajoso dos escritores, finaliza o artigo, se colocando na qualidade de escritor, e ressaltando que deseja "participar diretamente das campanhas anunciadas" e nelas se "inscrevendo como soldado" para qualquer tarefa que lhe seja conferida.

Esse papel de soldado não demorou a aparecer, após a aprovação do projeto de cunho privatista na Câmara dos Deputados, fez Florestan se engajar em todos os movimentos e articulações que surgem em defesa da escola pública e que podiam evitar a aprovação desse projeto também no Senado. Uma das suas primeiras participações em prol da escola pública foi em uma comissão responsável por elaborar um relatório³⁵, que foi redigido pelo próprio Florestan, e enviado para o então presidente do Senado João Goulart, pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Nesse documento estavam expressas as preocupações dessa comissão diante das "graves ameaças" que pairavam sobre o sistema educacional brasileiro e solicitavam que o Senado fizesse um "exame franco, objetivo e responsável" do projeto de Lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de reparar o erro cometido pela Câmara dos Deputados ao aprovar o tal projeto. O relatório destaca em plano geral, falhas em dois pontos centrais do projeto, o primeiro é que

³⁵ "A posição dos Licenciados" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p396-403

ele não carrega "uma filosofia de educação de natureza democrática" e só por isso, do ponto de vista dos princípios, ele já é condenável. E o segundo ponto trata do "princípio da diferenciação dentro da integração" que segundo Florestan nesse projeto, é impedido por "medidas limitativas de caráter regimental" que são capazes de sufocar o crescimento normal das instituições escolares.

O relatório ainda levanta três conseqüências que na visão deles merecem maiores ponderações. A primeira delas é o sacrifício da escola pública, pois esse projeto prevê que o Estado arque com as responsabilidades de manutenção e proteção das escolas particulares, aumentando o lucro delas, em vez de "incentivar o aprimoramento e a manutenção das escolas públicas", ou seja, o que está em jogo é o destino da democracia, uma vez que:

"O colapso da escola pública acabará se refletindo na perpetuação e no fortalecimento de barreiras econômicas, políticas, e sociais, que têm impedido a formação de uma consciência cívica no Brasil e prejudicando a integração da sociedade brasileira." (Fernandes, 66, p.399)

A segunda conseqüência diz respeito à submissão do Estado, já que esse projeto permite que os dirigentes das escolas particulares tenham o direito de participação na formulação e aplicação das políticas educacionais, assim como na administração dos sistemas oficiais de ensino. E por fim o terceiro ponto, fala da "pulverização dos recursos federais destinados a educação", que não atende a necessidades urgentes como "uso racional dos recursos financeiros reservados para a educação e a substituição paulatina das técnicas educacionais obsoletas pelo planejamento educacional" e ainda cria condições para que esses recursos sejam destruídos.

Em seqüência o relatório expõe outros dez pontos contidos no projeto aprovado pela Câmara para comprovar o quão "perverso" e "monstruoso" era esse

no cenário nacional, pois concomitantemente ao relatório descrito acima, sem se acovardar diante das críticas que recebia, a fim de entender e alertar a sociedade da perversidade daquele projeto privatista, Florestan publicar uma série com três artigos, sob o título "Em Defesa da Escola Pública" ³⁷ no suplemento Literário de o Estado de S. Paulo onde vai tratar de questões básicas relacionadas com "as obrigações do Estado Democrático perante a educação particular, com os deveres do mesmo Estado na administração do ensino e com o uso dos recursos públicos na educação".

No primeiro artigo Florestan expõe e refuta dois dos principais argumentos utilizados pelos defensores da escola particular. O primeiro argumento diz que para "operar democraticamente, o Estado deveria distribuir com equidade a parcela de suas rendas destinadas a educação, beneficiando por igual à escola particular e a escola pública", e Florestan rebate afirmando que o Estado Democrático, por causa da sua própria natureza, aceita e auxilia sistemas educacionais particularistas, mas que estender suas obrigações ao ponto desse Estado subsidiar financeiramente esses sistemas "a ponto de confundir, irremediavelmente, as fronteiras existentes entre o público e o privado" seria uma perversão.

O segundo argumento que ele vai refutar discorre sobre a questão do "educar" que caberia a família e o Estado não deveria pretender nenhum monopólio nesse sentido, prontamente Florestan responde que o Estado Democrático não disputa e nem se opõe a prioridade no direito de educar das famílias, mas que ele não pode admitir o "direito de sobrepor concepções particularistas aos princípios

³⁷ "Em defesa da escola pública" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 382-395

universais do Estado Democrático". Nesse artigo Florestan chama atenção para o fato do Brasil, naquele momento, ainda não se constituir como um Estado Democrático, afirma que a democracia estava em plena elaboração e isso justifica o porquê de certas coisas acontecerem, como grupos que detêm poder e influência conseguirem tirar todo tipo de proveito imediato do Estado. E previne que os defensores da democracia são poucos, mas nem por isso devem cruzar os braços, muito pelo contrario devem ficar alertas e vigilantes.

No segundo artigo da serie, em que discuti os deveres do Estado na administração do ensino, Florestan mostra que o Estado Liberal brasileiro criou um sistema de ensino oficial, que bem ou mal, conseguiu aplicar os princípios liberais da "laicização" do ensino e da democratização da cultura. Porém o projeto de LDB que tramitava no Senado atacava e visava destruir essa filosofia de educação democrática. Assim Florestan conclui que o Estado Democrático que vacila na defesa ou na aplicação da filosofia democrática vê todas as funções que lhe compete no estabelecimento da política nacional de educação, na administração do sistema de educação, na fiscalização e emprego de recursos, concedidos a escolas privadas. E ao ceder dessa forma, o Estado converte-se numa "ficção", "inerte" e "inoperante" que não prepara o homem para ser cidadão, segundo a educação democrática.

Florestan trás as questões pertinentes ao uso dos recursos públicos na educação no terceiro e último artigo da série, onde demonstra que o único poder que ficou atento no Brasil, a fim de preservar e aumentar sua influência foram o "Poder Religioso", que naquele momento era representado pela igreja católica e pelos donos de escolas particulares com fins lucrativos, que apesar de leigas apoiaram-se nas reivindicações do ensino confessional. Essa aliança segundo Florestan

provocou “efeitos explosivos” que resultaram em artigos no substitutivo sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que permitem as escolas particulares ter uma “posição privilegiada tanto na liderança do sistema educacional brasileiro, quanto na atração de recursos públicos para as escolas confessionais ou mercantis”.

Por último Florestan expõe e analisa todos os títulos e artigos do substitutivo em questão e conclui que:

“O Estado é espoliado de uma filosofia democrática da educação; em seguida, dos direitos de definir uma política educacional democrática, de supervisionar automaticamente a aplicação dessa política e de encarregar-se da administração do sistema de educação nacional; por fim, de parcela considerável de seus recursos para a educação. (...) As coisas estão montadas de jeito a favorecerem a expansão da escola particular leiga e confessional. (...) Em detrimento, naturalmente, da solução dos graves problemas educacionais com que nos defrontamos e da criação de um verdadeiro sistema de educação nacional de bases democráticas.” (Fernandes, 66, p.395)

Diante da massificação do movimento em prol da escola pública, foi possível realizar a 1ª Convenção Estadual da Escola Pública, em 4 de maio de 1960 em São Paulo. Nesse dia foi formalizada uma campanha nacional, “Campanha em Defesa da Escola Pública”, e nessa ocasião coube a Florestan Fernandes fazer a crítica ao projeto de Lei sobre Diretrizes e Bases que estava em discussão. Para realizar essa tarefa Florestan apresentou a comunicação intitulada “A Democratização do Ensino”³⁸.

Floresta inicia a comunicação explicando que pela complexidade do tema que lhe foi atribuído, que envolviam os grandes desafios educacionais do país naquele momento, iria fazer um esforço para sintetizar a situação brasileira em “aspectos essenciais do assunto”. Começou trabalhando com o conceito de

³⁸ “A democratização do Ensino” in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 123-134

democratização do ensino, mostrando que democratizar não é sinônimo de expandir, no sentido quantitativo da palavra.

Segundo ele, não basta expandir a rede de ensino de modo a atender um maior número de indivíduos, pois foi somente esse tipo de expansão que foi possível ver no Brasil até aquele momento, se o padrão elitista que faz do ensino um privilégio social, não for modificado, ou seja, em vez de criar novas escolas, em todos os níveis de ensino, correspondendo às necessidades sócio-culturais daquele momento, o Estado optou pela solução mais cômoda, de expandir a rede de ensino mediante a multiplicação das velhas escolas.

E continua afirmando que essa expansão, meramente quantitativa, não germinou um “sistema de ensino realmente democrático, em sua estrutura, na mentalidade dominante nas relações pedagógicas ou nos produtos dos processos educacionais” e que nesse projeto de LDB aprovado, essas questões também são ignoradas. Ou melhor, na concepção de Florestan Fernandes prevalecem nesse projeto “as antigas motivações, que teimavam em manter o nosso ensino preso a modelos obsoletos de organização e a critérios que o identificam como verdadeiro privilégio social”, tudo porque os donos e dirigentes das escolas particulares, leigas e confessionais, não se interessam pelas implicações da democratização do ensino, eles só contribuíram para que esse projeto de Lei fosse “uma fórmula de arranjos e acomodações” prejudicando os interesses coletivos educacionais.

Finalizando a comunicação Florestan diz que o legislador deveria, preocupado com os ideais da democracia ou do regime democrático, defender a política educacional que favorecesse a escola pública, com seu aperfeiçoamento e expansão, entendendo que ela é a única capaz de oferecer ao estado “a plena realização de suas tarefas educacionais, para o recurso crescente ao planejamento

educacional, para a fiscalização dos fatores extra-educacionais que interferem" principalmente, para o processo educativo. E que as medidas contidas no projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional merecem serias restrições, elas não levam em consideração que a intervenção do Estado Democrático na área da educação se relaciona com propósitos definidos de fortalecimento da ordem social democrática. Doutro lado, elas também negligenciam as especificidades histórico-sociais do regime democrático e da escola pública, que são essenciais para o desenvolvimento autônomo da sociedade brasileira. Segundo ele "nós devemos proceder de modo a termos o melhor – um Estado Democrático autêntico e uma Escola Pública capaz de servir ao nosso aperfeiçoamento material, intelectual e moral".

Dias depois da realização da Convenção é aprovado na Comissão Executiva da Campanha em Defesa da Escola Pública o relatório sobre seus objetivos³⁹, redigido por Florestan Fernandes. Inicialmente é exposto que o projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional não correspondeu às esperanças de inaugurar uma nova etapa educacional no país, fomentando a reorganização do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, muito pelo contrario "ficou tão aquém das esperanças mais legítimas e do que deveria ser feito como mínimo, que representa um passo atrás em relação à própria Constituição" e por isso a Campanha em Defesa da Escola Pública surge em oposição a esse projeto e a favor da "reconstrução educacional do país".

E como objetivos centrais para essa campanha, Florestan defende em primeiro lugar a "qualidade e eficácia do ensino" e justifica que a escolha em defender a escola pública se fez por acreditarem que ela é a única capaz de produzir

³⁹ "Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 354-358

"bom ensino" e de fazer isso sem qualquer restrição econômica, ideológica, racial, social ou religiosa a qualquer pessoa, seja ela de quaisquer camadas da população. E que ele não nega a escola particular e tudo que ela já fez pela instrução no país. Em segundo lugar, desejam impedir que o Estado democrático fique a mercê de interesses particularistas no que diz respeito à educação, perdendo sua autonomia política e administrativa e desperdiçando seus recursos oficiais. E um terceiro objetivo seria "esclarecer e alertar" todas as opiniões, de todos os cidadãos a fim de entender os problemas educacionais brasileiros, suas soluções para assim, através do regime democrático, influenciar na decisão dos partidos e do governo.

Por fim esse relatório ainda sugere algumas medidas práticas para dar andamento a Campanha em Defesa da Escola Pública como "a adoção de um esquema organizatório bastante plástico para conquistar adesões e pronunciamentos em todos os setores de nossa sociedade"; "a formação de uma literatura sobre os problemas educacionais brasileiros escrita com simplicidade mas com espírito positivo, e objetividade, que sirva como fonte de esclarecimento de todos e meio de preparação dos aderentes da Campanha mais atuantes"; "a constituição de uma Comissão de Coordenação, Contactos e Propaganda, com representação na Comissão Executiva pelo menos com um terço de seus membros para cuidar da aplicação dos planos feitos e do desenvolvimento prático da Campanha de Defesa da Escola Pública".

Florestan Fernandes, segundo Buffa⁴⁰, foi "o batalhador incansável na luta pela escola pública, proferindo inúmeras conferências e publicando vários estudos" a cerca da lei sobre Diretrizes e Bases em tramitação naquele período. Baseado nos materiais utilizados nessas conferências, preparadas e realizadas em vários "centros

⁴⁰ Buffa, Ester. *Ideologia em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

intelectuais da Capital, do interior e de outros Estados" Florestan apresentou o trabalho intitulado "Análise e crítica do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional"⁴¹ que foi publicado primeiramente na obra organizada por Roque Spencer Maciel de Barros sobre as Diretrizes e Bases da Educação e posteriormente em seu livro "Educação e Sociedade no Brasil".

Nesse trabalho Florestan utiliza a introdução para fazer um a breve histórico do que foi a formulação e tramitação da lei de Diretrizes e Bases da Educação até aquele momento, em que já tinha aprovação da Câmara dos Deputados e também para esclarecer alguns pontos, que para ele, eram preliminares a análise crítica do projeto. O primeiro ponto a ser esclarecido por Florestan e que ao contrario do que era propagado, os defensores da escola pública não eram "inimigos do ensino" e nem do "ensino particular", eles somente defendiam a sobrevivência e a melhoria do sistema público educacional, eles tinham por objetivo à qualidade do ensino. E a veracidade dessa informação era de fácil comprovação, pois:

"Participam da Campanha de Defesa da Escola Pública pessoas de diferentes credos políticos. Pois bem, nenhum de nos deu precedência às suas convicções íntimas sobre o objeto comum. Limitamo-nos a defender idéias e princípios que deixaram de ser matéria de discussões política nos países adiantados. Tudo se passa como se o Brasil retrocedesse quase dois séculos, em relação à história contemporânea daqueles países, e como se fôssemos forçados a defender, com unhas e dentes, os valores da Revolução Francesa! É uma situação que seria cômica, não fossem as consequências graves, que dela poderão advir. A nossa posição pessoal pesa-nos como incômoda. Apesar de socialistas, somos forçados a fazer a apologia de medidas que nada têm a ver com o socialismo e que são, sob certos aspectos, retrógradas." (Fernandes, 1966, p.427)

⁴¹ "Análise e crítica do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 424-507

O segundo ponto de esclarecimento recai sobre a “contrapropaganda” feita pelos defensores “mais ardorosos” do projeto em questão, eles espalhavam que a aprovação da lei sobre Diretrizes e Bases da educação tal como ela estava era “essencial para a existência, a liberdade, e a sobrevivência da escola particular”. Quando na verdade, segundo Florestan, a Constituição brasileira através do artigo 167 garantia que “o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulam”. O terceiro ponto a ser esclarecido é considerado por Florestan de “suma importância pessoal” e continua “por vocação e profissão, devotamo-nos à sociologia”, portanto, não eram e nem se consideravam especialistas em educação. Justifica que se ocupam dos assuntos educacionais “encarando a educação em suas relações reversíveis com a organização e a transformação da sociedade”, empenhando-se na presente discussão “como e enquanto cidadão”.

Após esses esclarecimentos preliminares o estudo entra na parte da análise crítica do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a partir de três aspectos, do primeiro aspecto sobre “as deficiências pedagógicas” Florestan tira as seguintes conclusões: Esse projeto de lei não se constitui enquanto um progresso no equacionamento e na solução dos grandes problemas educacionais do país, em verdade, os poucos avanços realizados refletem um apego superficial as novas concepções, técnicas e objetivos educacionais necessários no presente. Omissões e negligências contidas no projeto favorecem modelos educacionais ruins e obsoletos, as falhas relativas às questões pedagógicas especificamente ventiladas em sua discussão revelam “a magnitude inconcebível do projeto de Lei”.

No segundo aspecto Florestan vai discutir “as falhas na organização e na administração do sistema nacional de ensino” e analisando os artigos que tratam

dos conselhos federais e estaduais de educação criados por esse projeto de lei, conclui que a oposição a esta parte do projeto é inevitável. Pois, estes deveriam ser órgãos estritamente técnicos, porém a eles foram atribuídas funções políticas e administrativas, "coextensivas" com as do poder executivo e para que estes órgãos se tornem úteis é necessário que assumam suas devidas proporções. Por outro lado, para que estes não sejam nocivos é imprescindível corrigir as anomalias, revertendo suas atribuições administrativas e políticas à autoridade executiva legítima.

O último aspecto a ser analisado é "o destino do dinheiro" que para Florestan pela importância da educação para o desenvolvimento nacional e da extrema falta de recursos para o ensino, as políticas deveriam conduzir ao melhor aproveitamento possível da parcela oficial destinada a instrução. Porém esse projeto faz exatamente o contrário, colocando o Brasil entre os países mais irresponsáveis em se tratando de financiamento do ensino. E termina dizendo que entre todas as soluções possíveis, escolheu-se a pior "a institucionalização do **mau uso** dos recursos oficiais destinados à educação".

Por fim o estudo conclui de maneira geral que:

"Os resultados de nossa análise não comportam nenhuma complacência em relação ao projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Câmara Federal deu sua aprovação a uma peça monstruosa. Podemos avaliá-la em três planos: 1º) técnico, quanto às questões do ensino; 2º) administrativo, quanto à administração e à direção do sistema nacional de ensino; 3º) político, quanto à orientação seguida pelo Estado republicano no incentivo e na difusão do ensino. Os três planos se interpenetram de tal forma, que tivemos de examiná-los conjuntamente, por várias vezes, na apreciação de questões distintas. Todavia, em cada passo se estabelecia e repetia a mesma evidência: o projeto de lei é insustentável, porque padece de falhas substanciais e insanáveis em todos os planos." (Fernandes, 66, p.504)

Essa era a conferência-padrão de Florestan Fernandes "com ligeiras alterações no modo de apresentar os dados e as conclusões, imposta pelo caráter de uma dissertação escrita" ⁴² e que foi utilizada também na tarefa de levar as discussões da lei de Diretrizes e Bases e suas consequências aos trabalhadores sindicalizados, que na visão de Florestan são entre todas as camadas sociais os únicos que encaram a educação "de uma perspectiva utilitária e prática". Como meio de se emanciparem da ignorância e servidão intelectual e como instrumento da superação dos atrasos econômicos, culturais e sociais do Brasil.

Essa visão de Florestan foi expressa na I Convenção Operária em defesa da Escola Pública, realizada em 26 de Fevereiro de 1961 no auditório do sindicato dos metalúrgicos em São Paulo, onde Florestan proferiu uma comunicação intitulada de "O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases"⁴³ em que além da visão já apresentada dos trabalhadores como principais críticos no terreno do ensino no país. E das considerações a cerca dos problemas do projeto nas questões do atraso pedagógico que continua a orientar-se pelo antigo regime "patriarcal e escravocrata brasileiro" tratando a educação como mero "ornamento da inteligência" não atendendo as exigências do mundo real, da equivocada destinação dos recursos federais para a educação, que os "pulveriza" indiscriminadamente e da administração do sistema oficial de ensino que retira a autonomia e autoridade do Estado, chama os trabalhadores sindicais a lutar em defesa da escola pública.

"conferem ao trabalhador sindicalizado o dever de agir como mandatário dos interesses educacionais das populações pobres do

⁴² Informação contida em nota de rodapé in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 424

⁴³ "O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 404-410

campo e da cidade. Cabe-lhes a tarefa de desmascarar os interesses escusos, que se escondem atrás do projeto de Diretrizes e Bases em sua presente versão, e de apontar, inflexivelmente, as medidas que devem ser tomadas para combater o analfabetismo, para eliminar as lacunas e as inconsistências do nosso sistema de ensino e para democratizar a cultura através da escola pública" (Fernandes, 66, p.408)

Esse chamado de Florestan para que os trabalhadores lutassem pela escola pública não foi o primeiro, pois o mesmo foi feito em um comício realizado na Praça da Sé em São Paulo, preparado por entidades sindicais em 21 de junho de 1960 onde Florestan dirigiu um apelo⁴⁴ conclamando os trabalhadores a "luta direta e sem quartel contra o projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional" que representava um retrocesso na política educacional e era uma grave ameaça a educação popular.

Nessa ocasião ele cita algumas conseqüências da aprovação do referido projeto entre as quais: omissão dos problemas educacionais brasileiros; a não fixação das verdadeiras diretrizes da democratização do ensino; a não garantia da extensão da rede primária de ensino; a não aproximação do ensino técnico e superior da civilização industrial; e a transformação da organização estatal em instrumentos de poder dos estabelecimentos de ensino particular. E afirma que o momento não é mais de análise, discussão e reflexões, mas sim de sair às ruas levantando as bandeiras da educação popular e com palavras de ordem em defesa da escola pública.

"A vanguarda operária do Brasil não pode falhar diante da missão de exigir da República a realização dos seus ideais educacionais, postergados ou traídos por aqueles que exerceram ou ainda exercem mandatos políticos, sem consultar as fontes populares do seu poder. Nesta oportunidade, ela tem o dever de impor a sua vontade, fazendo ouvir a sua voz e fazendo sentir os seus atos na defesa da

⁴⁴ "O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 408

Como podemos ver esse foi um momento na história política educacional do país que mobilizou todos os setores da sociedade brasileira, todos os livros, artigos e pesquisas feitas sobre esse período destacam o grande número de publicação e produções realizadas a cerca do projeto de lei sobre diretrizes e Bases e do conflito gerado por ele, entre escola pública e escola particular. Florestan se tornou protagonista dessa luta também por causa da grande quantidade de artigos, textos, conferências, comunicações, estudos, pesquisas que publicou no decorrer da Campanha.

O reconhecimento por suas contribuições foram exaltados em diversos momentos por muitos pesquisadores do período, assim como por seus próprios companheiros de luta. Em um desses momentos Florestan Fernandes recebeu o título de cidadão emérito da cidade de São Paulo na Câmara Municipal em 26 de setembro de 1961, por tudo que representou e representava na defesa da escola pública. Nessa ocasião Florestan fez uma exposição chamada "A educação popular no Brasil"⁴⁵ em que discuti assuntos importantes para a compreensão de seu posicionamento diante do quadro político educacional vigente.

O primeiro assunto tratado por Florestan é "A natureza dos problemas educacionais brasileiros", ele acredita que a reconstrução educacional do país precisa de uma transformação radical na rede escolar, nas técnicas e hábitos educacionais, na mentalidade dos educadores e no modo como o homem comum define socialmente a importância da educação escolarizada. Para ele seria inútil

⁴⁵ "A educação popular no Brasil" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 345-353

falar em fórmulas mágicas como "desenvolvimento econômico", "progresso social" ou "democracia" enquanto o sistema educacional que possuímos não for substituído.

Afirma que cometemos graves erros em nossa política educacional: ignorando as exigências e importâncias da educação popular; tomando como objetivo a propagação de escolas antiquadas, que não servem as necessidades educacionais; subestimando, negligenciando e abandonando o ensino elementar; tentando combater o analfabetismo por qualquer meio; e alienando-nos a concepções que interferem no uso dos recursos financeiros de modo a impedi-lo de consolidar-se como uma "política educacional frutífera". E que a elaboração de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seria uma excelente oportunidade para superar esses erros, mas pelo contrario demonstrou que estamos em um terrível "círculo vicioso".

Na seqüência Florestan vai falar sobre "educação popular, desenvolvimento econômico e progresso social", considera que os países subdesenvolvidos são os que mais dependem da educação "como fator social construtivo", para transformar o homem nas suas relações com a cultura e com o sistema de produção nacional, a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e o progresso social. Mas para que isso ocorra é preciso que se faça um esforço coletivo para substituir as técnicas e concepções educacionais "anacrônicas e estéreis".

Ele explica que os países subdesenvolvidos sofrem uma fase de indecisão entre o conformismo das soluções educacionais tradicionais e a "técnica racional de planejamento educacional". Porém há um momento em que a indecisão passa "cedendo lugar à atuação racional, objetivada em torno de programas de reconstrução educacional plenamente entendida e amparada pela opinião pública".

Florestan afirma que a situação brasileira ainda não atingiu essa etapa e que está longe de atingi-la.

Continua esclarecendo que a solução dos problemas educacionais não pressupõe a solução de todos os problemas que afligem a sociedade, mas é uma condição essencial para que sejam resolvidos. E conclui que "a inexistência da educação popular esta na raiz" dos problemas educacionais do Brasil e que devemos concentrar forças para a criação de um sistema de ensino capaz de "responder positivamente aos requisitos materiais e morais da educação democrática"

Apesar de todos os esforços de Florestan Fernandes e dos defensores da escola pública o projeto sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados, foi também aprovado pelo Senado em 3 de agosto de 1961. Salva algumas emendas aprovadas, o projeto mantinha majoritariamente, o caráter privatista, o que causou forte decepção entre os defensores da escola pública.

Saviani⁴⁶ lembra que após todo esse período as concepções pedagógicas no Brasil foram marcadas pela concepção humanista moderna, representada pelos pioneiros da educação nova. Em consequência o ensino público foi colocado em função dos desígnios do mercado de trabalho, "passando a concepção produtivista a moldar todo o ensino brasileiro por meio da pedagogia tecnicista". Com isso muitos dos renovadores, que participaram da campanha, acabaram sendo contemplados por essa lei, mas Florestan que esperava um avanço na legislação capaz de ampliar o atendimento das necessidades das classes populares, só lamentou o ocorrido.

⁴⁶ SAVIANI, Dermeval. **As Concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira.** Apresentado na sessão de Comunicações em História da Educação do HISTEDBR, na Faculdade de Educação – UNICAMP, em 25/agosto/2005.

A homologação do projeto na lei nº4024, data do dia 20 de dezembro de 1961, foi sancionada pelo então presidente da república, Sr João Goulart, que junto com Sr Oliveira Brito, ministro da educação, virou alvo de severas críticas por parte de Florestan Fernandes em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, na forma de artigo assinado, em 28 de dezembro de 1961, sob o título "Diretrizes e Bases: a sanção do Presidente"⁴⁷.

Na entrevista Florestan afirma que "o presidente da república e o Sr. Oliveira Brito deram-se as mãos, num gesto de soberano desprezo diante do destino da Democracia no País, da educação popular e do desenvolvimento da instrução pública" quando sancionaram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ele chama atenção para dois fatos importantes, primeiro sobre a qualidade do homem público e o critério de seleção e avaliação desses homens, pois o que vale é o que eles fazem e não o que dizem.

"A democracia não pode vingar onde o homem público não seja recrutado de forma criteriosa, exigente e vigilante, de modo que esteja a altura se seus papéis políticos, tanto intelectual quanto moralmente" (Fernandes, 66, p.522)

O segundo ponto refere-se à declaração que o ministro da educação havia dado em entrevista dizendo que não traria preferência por nenhuma das correntes em choque, o que para Florestan é uma mentira, pois, "o congresso, o governo e a Presidência da República coincidiram na decisão final de alterar a política educacional republicana".

Depois de analisar os vetos feitos ao projeto transformado em lei, Florestan termina dizendo que aquela era uma data que ficaria na história da

⁴⁷ "Diretrizes e Bases: a sanção do Presidente" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 521-525

Educação no Brasil como o dia da "transação final", um dia "nefasto" em que os homens que deveriam zelar pela coisa pública decidiram por a República em leilão, ferindo diretamente o central da vida democrática "o ensino público".

Ainda em repúdio a lei homologada Florestan Fernandes responde a um inquérito⁴⁸ realizado pela revista Comentário, em que responde a três perguntas e afirma continuar pensando que:

"Perdemos a primeira grande oportunidade histórica que tivemos de modernizar o sistema educacional brasileiro, adaptando-o à ordem social democrática, à civilização fundada na ciência e na tecnologia científica, e aos requisitos do planejamento educacional; que o poder político organizado não teve desejo nem meios para se defender contra o assalto de forças retrógradas e de interesses rasteiros, pondo-se a serviço deles com devotada sofreguidão e apreciável eficácia". (Fernandes, 66, p.526)

Notadamente Florestan Fernandes deu muitas e importantes contribuições para a Campanha em defesa da Escola Pública, para o entendimento sobre o melhor caminho a ser percorrido até o ensino de qualidade e principalmente para conseguir superar as maiores deficiências educacionais do país e realizar o sonho da educação popular, da democracia e da transformação social.

⁴⁸ "Contra a lei de Diretrizes e Bases" in: Fernandes, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.p. 526-537

Considerações Finais

Vê-se que o período que abrange o nacional-desenvolvimentismo foi um momento rico em debates a cerca dos conflitos sociais e decisivos para o desenrolar de muitas questões político-educacionais. As discussões suscitadas pela elaboração e tramitação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promoveram um dos momentos mais fecundos da produção educacional do país, conseguindo atingir todos os setores da sociedade brasileira.

Um dos episódios que contribuíram para isso foi a Campanha em Defesa da Escola Pública que se originou dos embates proporcionados pela referida lei, e não se limitou em apenas se contrapor a esse projeto de modo cego e desordenado. Pelo contrário, ela conseguiu apontar todos os problemas e perversidades contidas naquele projeto de LDB, assim como apresentar outras medidas mais necessárias e recomendáveis, mostrando qual seria o melhor caminho para a instrução pública no país.

Mediante as discussões aqui apresentadas foi mostrado que a educação permaneceu obsoleta, se afirmando enquanto um privilégio social não compartilhado com todos os setores de nossa sociedade. Os conflitos no período nacional-desenvolvimentista refletem a luta de classes existente no sistema capitalista, que naquele período atinge seu auge, são os interesses particularistas da classe dominante que quer expandir e manter seu *status quo*, contra os interesses coletivos das classes populares que desejam uma sociedade mais igualitária, com oportunidades para todos.

A participação de Florestan Fernandes nesse episódio de nossa história educacional mostra o quanto poderíamos ter avançado naquele momento, em se tratando de políticas públicas para a educação, e o quanto, mais uma vez, o sonho

da escola verdadeiramente pública ficou para trás, ao se priorizar os interesses particularistas da iniciativa privada. Florestan Fernandes defendia a educação popular, defendia uma escola que serviria para instrumentalizar a camada popular para a luta de classes, que democratizaria o conhecimento e a cultura.

Apesar da derrota sofrida pelos defensores da escola pública a intensa participação de Florestan Fernandes nessa luta, foi decisiva na formação e amadurecimento de suas práticas e idéias a cerca da educação e da própria sociologia. Assim como pode representar uma “receita” para a superação de obstáculos que nos impedem de tornar possível a universalização de uma escola pública de qualidade.

Florestan nos mostra a importância da construção de um referencial empírico e teórico a cerca dos problemas educacionais do país, para que possamos agir e interferir na realidade de modo consciente, levando os homens comuns a definir a educação como um fator essencial para a resolução dos problemas que afligem nossa sociedade. Nessa perspectiva, para Florestan, o Estado deveria consolidar os princípios democráticos e subsidiar a expansão quantitativa e qualitativa da escola pública e não ausentar-se das responsabilidades, deixando as funções políticas e administrativas que lhe cabem na mão dos dirigentes das escolas particulares.

Suas contribuições apontam para uma concepção revolucionária, cujos objetivos centrais são a qualidade do ensino e a transformação da sociedade, que só serão conquistados a partir da constituição da consciência coletiva, aliada a uma ação também coletiva. Por isso todo o seu empenho em levar as discussões dos dilemas educacionais do país a todos os setores da sociedade, principalmente para as classes populares e de trabalhadores.

Em certo momento Florestan chama nossa atenção para a escolha e avaliação dos homens públicos que é de suma importância, para operar a “reconstrução educacional” que desejamos. Ele ressalta que devemos prestar atenção no que estes homens públicos fazem e não para o que dizem, e este é mais um motivo pelo qual devemos conhecer bem a história.

A luta de Florestan Fernandes em defesa da escola pública e todos os debates a cerca da educação pronunciados nesse período, nos ajuda a compreender a história de nossa educação escolar até esse momento. Muitos dilemas daquela época ainda hoje se constituem em problemas crônicos no Brasil, continuamos a conviver com progressos tardios e modelos obsoletos que não correspondem às necessidades sociais de nosso tempo. E pior muitas das nossas misérias, como as desigualdades sociais durante esse tempo só se aprofundaram, reflexos direto de uma sociedade de classe que submete as camadas populares a ignorância e a servidão.

Espero que o presente trabalho tenha contribuído não só para o entendimento da história educacional de nosso país, mas também para motivar a nossa geração, e as gerações futuras, a lutar pela educação verdadeiramente pública, gratuita, laica e de qualidade.

Referências Bibliográficas

- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **As Contribuições Educacionais de Florestan Fernandes: O debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução**. 2008. 405 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Campinas, 2008.
- Barros, Roque Spencer Maciel. Org. **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo. Pioneira, 1960
- Buffa, Ester. **Ideologia em Conflito: Escola Pública e Escola Privada**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- Buffa, Ester; Nosella, Paolo. **A Educação Negada**. São Paulo: Cortez, 1997.
- Cury, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira – Católicos e Liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.
- Depoimento, in memória viva da educação brasileira*, I, Brasília, Inep, 1991.
- Di Giorgi, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: editora Ática, 1986
- Fernandes, Florestan. **A Sociologia Numa Era de Reconstrução Social**. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1976.
- _____. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966
- _____. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1971.
- _____. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 2ed.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. **A Sociologia como ciência liberalismo e radicalismo no período de formação de Florestan Fernandes (1941-1953)**. São Paulo, 1997.
- Ghiraldelli Jr, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Mazza, Débora. **Produção Sociológica de Florestan Fernandes e a Problemática Educacional: Uma Leitura (1941-1964)**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

Romanelli, Otaíza. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1984

SANFELICE, J. L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas**. In: LOMBARDI, J. C. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

Santos, R dos. **Saber e Compromisso: Florestan Fernandes e a escola pública**. Passo Fundo: UFP, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **As Concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira**. Apresentado na sessão de Comunicações em História da Educação do HISTEDBR, na Faculdade de Educação – UNICAMP, em 25/agosto/2005.

_____. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. **Florestan e a Educação**. In: Estudos Avançados. V.10 n.26, p71-88. jan/abr.1996.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

Silva Jr, C da S. **O sociólogo da Mudança e o Militante da transformação**. In: O saber militante Op.cit, p 197-207

Teixeira, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957

Villalobos, J. E. R. **Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade**. São Paulo: Pioneira/ EDUSP, 1969.

<http://www.sbd.ffch.usp.br/florestan/index1.htm> acesso em: 12/06/2010

http://histedbr.fae.unicamp/navegador/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html acesso em: 20/10/2010

